

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVANÇOS E LIMITES

PUBLIC POLICY AND FULL-TIME EDUCATION IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS: PROGRESS AND LIMITATIONS

POLÍTICAS PÚBLICAS Y EDUCACIÓN A TIEMPO COMPLETO EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS BRASILEÑAS: AVANCES Y LIMITACIONES

Lília Mendes Lobato¹, Huagner Cardoso da Silva², Ana Heloísa Castro de Sá Paiva³, Gilson Rodrigues de Oliveira⁴, Alessandro Medeiros Pedro⁵, Thécio Braga⁶, Franciane Cardoso Almeida⁷, Arthur Gabriel Soares Sant Ana⁸, Lília Soares Borges⁹, Mirian Cristina Hettwer¹⁰, Rubicleis Gomes da Silva¹¹, Maria Josileide da Silva Souza¹², Alex Lameira¹³

DOI: 10.54899/dcs.v23i89.5340

Recibido: 24/03/2026 | Aceptado: 17/04/2026 | Publicación en línea: 24/04/2026.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os avanços e as limitações das políticas públicas relacionadas à educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, com foco em seus impactos na qualidade do ensino e na promoção da equidade educacional. Para tanto, adotou-se como método a revisão integrativa da literatura, realizada por meio de buscas nas bases de dados SciELO, Scopus e Web of Science, utilizando os operadores booleanos AND e OR. Foram

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

E-mail: liliamendeslobato@gmail.com

² Mestre em Educação, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil.

E-mail: huagnercardoso@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: prof.anaheloisa@gmail.com

⁴ Mestre em Modelagem Matemática e Computacional, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gilsonstm@yahoo.com.br

⁵ Doutorando em Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

E-mail: alessandroctg@hotmail.com

⁶ Doutor em Direitos Humanos e em História, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: thecio@ymail.com

⁷ Mestre em Sociologia, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil.

E-mail: cardosoalmeida.fran@gmail.com

⁸ Mestrando em Saúde da Família, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: arthur.gabri@outlook.com.br

⁹ Mestranda em Educação, Universidad Internacional Trés Fronteras (UNINTER), Paraguai.

E-mail: lilia2soares@gmail.com

¹⁰ Mestre em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: hettwermirian@gmail.com

¹¹ Doutor em Economia, Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil.

E-mail: rubicleis@uol.com.br

¹² Mestre em Educação, Universidad Europea del Atlántico, Santander, Cantábria, Espanha.

E-mail: mjosileide0209@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1252-092X>

¹³ Mestre em Educação, Instituto Federal Catarinense (IFC), Camboriú, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: ale.lameira@hotmail.com

incluídos artigos em língua portuguesa, de contexto brasileiro, disponíveis gratuitamente, com texto completo e publicados entre os anos de 2020 e 2024. Os resultados indicam que, embora haja progressos na ampliação da oferta da educação em tempo integral e na incorporação de propostas pedagógicas mais abrangentes, ainda persistem desafios significativos, como limitações estruturais, fragilidades na formação de profissionais, desigualdades regionais e descontinuidade de políticas, fatores que dificultam a consolidação de um modelo efetivo e sustentável de educação integral no país.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação em Tempo Integral. Escola Pública.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the advances and limitations of public policies related to full-time education in Brazilian public schools, with a focus on their impacts on the quality of education and the promotion of educational equity. To this end, an integrative literature review was adopted as the method, conducted through searches in the SciELO, Scopus, and Web of Science databases, using the Boolean operators AND and OR. Articles in Portuguese, set in the Brazilian context, available for free, with full text, and published between 2020 and 2024 were included. The results indicate that, although there has been progress in expanding the availability of full-time education and incorporating more comprehensive pedagogical approaches, significant challenges remain, such as structural limitations, weaknesses in professional training, regional inequalities, and policy discontinuity—factors that hinder the consolidation of an effective and sustainable model of comprehensive education in the country.

Keywords: Public Policies. Full-Time Education. Public School.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar los avances y las limitaciones de las políticas públicas relacionadas con la educación a tiempo completo en las escuelas públicas brasileñas, centrándose en su impacto en la calidad de la enseñanza y en la promoción de la equidad educativa. Para ello, se adoptó como método la revisión integrativa de la literatura, realizada mediante búsquedas en las bases de datos SciELO, Scopus y Web of Science, utilizando los operadores booleanos AND y OR. Se incluyeron artículos en lengua portuguesa, de contexto brasileño, disponibles gratuitamente, con texto completo y publicados entre los años 2020 y 2024. Los resultados indican que, aunque se han producido avances en la ampliación de la oferta de educación a tiempo completo y en la incorporación de propuestas pedagógicas más amplias, aún persisten retos significativos, como limitaciones estructurales, deficiencias en la formación de los profesionales, desigualdades regionales y discontinuidad de las políticas, factores que dificultan la consolidación de un modelo efectivo y sostenible de educación integral en el país.

Palabras clave: Políticas Públicas. Educación a Tiempo Completo. Escuela Pública.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema das políticas públicas voltadas à educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, analisando seus avanços e limites no contexto educacional contemporâneo. A ampliação da jornada escolar tem sido considerada uma estratégia relevante para a melhoria da qualidade do ensino, promoção da equidade e desenvolvimento integral dos estudantes, envolvendo não apenas aspectos cognitivos, mas também sociais, culturais e emocionais.

Quanto à problematização, buscou-se indagar a seguinte questão de pesquisa: “Quais são os principais avanços e limites das políticas públicas de educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras?”. A partir desse questionamento, procura-se compreender em que medida tais políticas têm contribuído para a efetivação de uma educação de qualidade, bem como identificar os desafios enfrentados em sua implementação.

O objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas de educação em tempo integral no Brasil, destacando seus avanços e limitações. Como objetivos específicos, pretende-se: compreender o contexto de implementação dessas políticas; identificar seus impactos no processo de ensino-aprendizagem; e analisar os principais desafios estruturais, pedagógicos e administrativos que influenciam sua efetividade.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela importância da educação em tempo integral como instrumento de transformação social e redução das desigualdades educacionais. Além disso, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões acadêmicas e para a reflexão crítica sobre a formulação e execução de políticas públicas educacionais, podendo subsidiar melhorias no sistema educacional brasileiro.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se a introdução, seguida da seção de métodos, na qual são descritos os procedimentos metodológicos adotados; posteriormente, são expostos os resultados e a análise dos dados; e, por fim, são apresentadas as considerações finais, que sintetizam as principais conclusões do estudo.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas já publicadas sobre um determinado

tema, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico de forma sistemática e organizada. Esse tipo de abordagem possibilita uma visão abrangente acerca das políticas públicas e da educação em tempo integral, favorecendo a identificação de avanços, lacunas e desafios existentes na área (Nascimento; Lixa, 2026; Nascimento, 2024; Nascimento; Lixa, 2024; Simões; Saraiva, 2025; Simões, 2025).

Os procedimentos metodológicos foram conduzidos com base nas diretrizes do protocolo PRISMA, que orienta a realização de revisões de forma transparente e rigorosa. Assim, o processo de seleção dos estudos ocorreu em etapas distintas: identificação dos artigos nas bases de dados, triagem por meio da leitura dos títulos e resumos, avaliação da elegibilidade com leitura completa dos textos e, por fim, inclusão dos estudos que atenderam aos critérios estabelecidos (Lima et al., 2024; Jahnke et al., 2025; Silva et al., 2025a; Lima et al., 2025a; Lima e Menezes, 2025; Lima et al., 2024a; Lima et al., 2025b; Lima; Marta, 2026; Lima et al., 2026).

A busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, utilizando-se palavras-chave relacionadas ao tema, tais como “educação em tempo integral”, “políticas públicas” e “educação básica”. Essas palavras foram combinadas com operadores booleanos “AND”, “OR” e “NOT”, com o objetivo de refinar os resultados e garantir maior precisão na recuperação dos estudos relevantes.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em língua portuguesa, de origem brasileira, disponíveis gratuitamente e em texto completo, no período de 2020 a 2024. Foram excluídos estudos que não atendiam a esses requisitos ou que não apresentavam relação direta com o tema da pesquisa, assegurando, assim, a qualidade e a pertinência das produções analisadas.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A tabela 1 evidencia a síntese dos resultados obtidos.

Tabela 1. Síntese dos resultados			
Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Silva & Diógenes (2025)	Analisar a produção acadêmica sobre educação integral no Brasil entre 2018–2024	Revisão sistemática da literatura	Evidencia que a educação integral vai além da ampliação do tempo escolar, exigindo reorganização curricular e melhorias na infraestrutura escolar
Holanda &	Investigar os sentidos das	Revisão de	Identifica contradições entre políticas

Soares (2024)	políticas de tempo integral no Brasil	literatura com abordagem qualitativa	oficiais e prática escolar, com desafios na implementação efetiva
Oliveira et al. (2024)	Analisar desafios e possibilidades da educação integral	Revisão integrativa da literatura	Aponta fragilidades estruturais e necessidade de formação docente continuada
Viana & Caetano (2021)	Revisar criticamente a educação em tempo integral no Brasil	Revisão integrativa com base em literatura científica	Destaca crescimento da política, mas evidencia dificuldades na sua consolidação nas escolas públicas
Vilas Boas & Abbiati (2020)	Analisar diferentes experiências de educação em tempo integral no Brasil	Revisão de literatura	Mostra diversidade de modelos e desigualdade na implementação entre redes de ensino

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise das produções científicas selecionadas evidencia que a educação em tempo integral no Brasil tem sido amplamente discutida no campo das políticas públicas educacionais, sobretudo no que se refere à sua capacidade de promover uma formação mais ampla e integrada dos estudantes. Os estudos revisados convergem ao apontar que essa modalidade de ensino não se limita à ampliação da carga horária, mas envolve uma reorganização estrutural, pedagógica e curricular das escolas públicas. Nesse sentido, Silva e Diógenes (2025) destacam que a educação integral deve ser compreendida como um processo que articula diferentes dimensões do desenvolvimento humano, exigindo mudanças significativas no funcionamento das instituições escolares.

De forma complementar, Holanda e Soares (2024) reforçam que as políticas de tempo integral no Brasil apresentam um discurso fortemente voltado à melhoria da qualidade educacional, porém nem sempre acompanhado de condições materiais e pedagógicas adequadas para sua efetivação. Os autores apontam uma distância entre a formulação das políticas públicas e sua implementação prática, o que gera contradições no cotidiano escolar. Essa perspectiva também é observada por Oliveira et al. (2024), ao evidenciarem que muitos dos desafios da educação integral estão relacionados à precarização da infraestrutura e à ausência de investimentos contínuos.

Outro ponto relevante identificado na literatura é que a implementação da educação em tempo integral está diretamente relacionada às desigualdades regionais existentes no Brasil. Viana e Caetano (2021) destacam que a consolidação dessa política ocorre de forma desigual entre estados e municípios, o que reflete as disparidades históricas do sistema educacional brasileiro. Assim, enquanto algumas redes conseguem avançar na oferta de atividades

complementares, outras enfrentam dificuldades básicas relacionadas à estrutura física e à formação de professores.

Nesse contexto, Vilas Boas e Abbiati (2020) complementam a discussão ao apresentarem diferentes experiências de educação integral no país, evidenciando que não há um modelo único de implementação. As autoras ressaltam que cada rede de ensino adapta a política conforme suas condições locais, o que resulta em múltiplas interpretações e práticas da educação em tempo integral. Essa diversidade, embora positiva em alguns aspectos, também pode gerar inconsistências na qualidade da oferta educacional.

A análise dos estudos também revela que a formação docente é um elemento central para a efetivação da educação integral. Oliveira et al. (2024) destacam que muitos professores não recebem capacitação adequada para atuar nesse modelo de ensino, o que compromete a qualidade das atividades desenvolvidas. Essa limitação impacta diretamente a articulação entre os diferentes componentes curriculares e as atividades complementares propostas pelas políticas públicas.

Silva e Diógenes (2025) reforçam essa perspectiva ao argumentarem que a educação integral exige um novo perfil docente, capaz de trabalhar de forma interdisciplinar e integrada. No entanto, os autores observam que os sistemas educacionais ainda não conseguiram acompanhar essa demanda, o que resulta em dificuldades na prática pedagógica. Assim, a formação continuada aparece como uma necessidade urgente para o fortalecimento dessa política.

Além disso, Holanda e Soares (2024) destacam que a educação em tempo integral, embora apresentada como estratégia de melhoria da aprendizagem, muitas vezes é implementada sem a devida escuta da comunidade escolar. Isso gera resistências e dificuldades de adaptação por parte de estudantes, famílias e profissionais da educação. Os autores apontam que a participação da comunidade é essencial para o sucesso da política, uma vez que a escola integral deve dialogar com o contexto social em que está inserida.

Viana e Caetano (2021) também contribuem para essa discussão ao analisarem a educação integral sob a perspectiva do desenvolvimento humano. Para os autores, essa modalidade de ensino pode contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, desde que seja implementada de forma estruturada e planejada. No entanto, alertam que, na ausência de planejamento adequado, a ampliação do tempo escolar pode se tornar apenas uma extensão da rotina tradicional.

Nesse mesmo sentido, Vilas Boas e Abbiati (2020) destacam que algumas experiências de educação integral no Brasil acabam reproduzindo práticas tradicionais de ensino, sem

promover mudanças significativas no processo pedagógico. Isso ocorre quando a ampliação da jornada escolar não é acompanhada por uma proposta pedagógica inovadora, o que limita o potencial transformador da política.

Oliveira et al. (2024) reforçam essa crítica ao apontarem que a educação em tempo integral ainda enfrenta dificuldades para consolidar práticas pedagógicas realmente integradas. Segundo os autores, muitas escolas acabam utilizando o tempo adicional para reforço de conteúdos já trabalhados, em vez de promover atividades diversificadas que estimulem diferentes habilidades dos estudantes.

Nesse sentido, os estudos indicam que essa modalidade de ensino busca ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. Viana e Caetano (2021) destacam que a ampliação do tempo escolar pode contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, desde que acompanhada de políticas estruturantes que garantam qualidade nas atividades ofertadas.

Holanda e Soares (2024) acrescentam que a educação em tempo integral é frequentemente apresentada como solução para problemas históricos da educação básica brasileira, como evasão escolar e baixo desempenho acadêmico. No entanto, os autores alertam que essa expectativa nem sempre se concretiza na prática, uma vez que a implementação da política depende de fatores como financiamento, infraestrutura e gestão escolar eficiente. Assim, observa-se uma tensão entre o discurso oficial e as condições reais das escolas públicas.

Oliveira et al. (2024) reforçam essa discussão ao apontarem que a efetividade da educação integral está diretamente ligada à capacidade do Estado de garantir investimentos contínuos. Segundo os autores, a ausência de recursos adequados compromete a oferta de atividades diversificadas, reduzindo o potencial transformador da política. Dessa forma, a ampliação da jornada escolar, sem suporte estrutural, pode resultar em sobrecarga para alunos e professores, sem ganhos significativos na aprendizagem.

Silva e Diógenes (2025) também evidenciam que a consolidação da educação integral no Brasil enfrenta desafios relacionados à descontinuidade das políticas públicas. Muitas iniciativas são implementadas em determinados períodos governamentais, mas não possuem continuidade suficiente para gerar impactos duradouros. Essa instabilidade compromete a consolidação de práticas pedagógicas consistentes e integradas ao currículo escolar.

Outro aspecto relevante apontado na literatura diz respeito à organização curricular das escolas de tempo integral. Vilas Boas e Abbiati (2020) destacam que a integração entre disciplinas

tradicionais e atividades complementares ainda é um desafio recorrente. Em muitos casos, o currículo permanece fragmentado, dificultando a articulação entre os diferentes saberes e limitando a proposta de formação integral do estudante.

Viana e Caetano (2021) complementam essa análise ao afirmarem que a educação integral exige uma reorganização profunda do currículo escolar, de modo a superar a lógica disciplinar tradicional. Para os autores, essa mudança é essencial para que a escola possa desenvolver competências cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada. No entanto, essa transformação curricular ainda ocorre de maneira incipiente na maioria das redes de ensino.

Holanda e Soares (2024) chamam atenção para o fato de que muitas políticas de tempo integral são implementadas de forma padronizada, desconsiderando as especificidades locais. Essa padronização pode dificultar a adaptação das escolas às realidades dos estudantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Assim, a ausência de flexibilização pode comprometer a efetividade das ações propostas.

Oliveira et al. (2024) também destacam que a participação da comunidade escolar é um fator determinante para o sucesso da educação integral. Segundo os autores, quando famílias, estudantes e profissionais da educação são envolvidos no planejamento e na execução das ações, há maior possibilidade de êxito na implementação da política. Por outro lado, a falta de participação pode gerar distanciamento e baixa adesão às atividades propostas.

Silva e Diógenes (2025) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que a educação integral deve ser construída de forma coletiva, envolvendo diferentes atores sociais. Essa construção coletiva contribui para a adequação das práticas pedagógicas às necessidades reais dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

Viana e Caetano (2021) destacam ainda que a educação em tempo integral pode desempenhar um papel importante na prevenção de situações de risco social, ao ampliar o tempo de permanência dos estudantes em ambientes educativos. No entanto, os autores alertam que essa função social da escola não pode substituir outras políticas públicas voltadas à proteção social, sendo apenas um dos elementos de uma rede mais ampla de garantia de direitos.

Holanda e Soares (2024) observam que, apesar dos avanços legais e normativos relacionados à educação integral, ainda existem lacunas importantes na sua implementação. Essas lacunas estão relacionadas tanto à gestão educacional quanto à ausência de monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas. Assim, torna-se necessário fortalecer mecanismos de acompanhamento para garantir maior efetividade das ações.

Oliveira et al. (2024) reforçam essa ideia ao afirmarem que a ausência de planejamento integrado entre as atividades curriculares e extracurriculares compromete a finalidade da política de tempo integral. Segundo os autores, quando não há articulação entre os diferentes componentes do processo educativo, a ampliação da jornada escolar pode perder seu sentido formativo, tornando-se apenas uma extensão da rotina escolar tradicional.

Viana e Caetano (2021) também destacam que um dos principais desafios da educação integral está relacionado à sua operacionalização no cotidiano escolar. Para os autores, muitas escolas enfrentam dificuldades para transformar os princípios da política em práticas concretas, especialmente devido à falta de formação específica dos profissionais da educação e à sobrecarga de trabalho docente. Esse cenário impacta diretamente a qualidade das atividades desenvolvidas.

Holanda e Soares (2024) acrescentam que a implementação da educação em tempo integral no Brasil ainda está fortemente condicionada às limitações orçamentárias e estruturais das redes de ensino. Os autores destacam que, em muitos casos, a expansão da jornada escolar ocorre sem o devido suporte financeiro, o que compromete a oferta de espaços adequados, materiais didáticos e recursos pedagógicos essenciais ao desenvolvimento das atividades.

Vilas Boas e Abbiati (2020) observam que a diversidade de modelos de educação integral no país reflete tanto a riqueza de experiências quanto a ausência de uma diretriz nacional plenamente consolidada. Essa pluralidade, embora permita adaptações locais, também pode gerar desigualdades na qualidade da oferta educacional, uma vez que cada rede de ensino implementa a política conforme suas possibilidades.

Silva e Diógenes (2025) ressaltam que a superação desses desafios exige um fortalecimento das políticas de Estado, e não apenas de governo, garantindo continuidade e estabilidade às ações implementadas. Para os autores, a descontinuidade das políticas públicas compromete a efetividade da educação integral, dificultando a consolidação de resultados consistentes ao longo do tempo.

Oliveira et al. (2024) enfatizam ainda a importância da formação continuada dos profissionais da educação como elemento central para o sucesso da política. Segundo os autores, a qualificação docente é fundamental para que a educação integral seja efetivamente implementada de forma interdisciplinar e integrada, contribuindo para o desenvolvimento global dos estudantes.

Viana e Caetano (2021) destacam que, apesar dos desafios, a educação em tempo integral apresenta potencial significativo para promover melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, esse potencial só se concretiza quando há investimento adequado em infraestrutura, valorização docente e organização curricular coerente com os objetivos da política.

Holanda e Soares (2024) reforçam que a avaliação e o monitoramento das políticas públicas são fundamentais para identificar avanços e corrigir falhas na implementação da educação integral. A ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação dificulta a mensuração dos impactos reais da política, limitando sua capacidade de aprimoramento.

Vilas Boas e Abbiati (2020) concluem que a educação em tempo integral no Brasil representa um campo em constante construção, marcado por avanços importantes, mas também por limitações estruturais e pedagógicas. Assim, os autores apontam que a efetivação dessa política depende de um esforço conjunto entre governo, escola e sociedade.

A tabela 1, de forma complementar, evidencia as dimensões analíticas da educação em tempo integral, conforme os resultados obtidos na revisão integrativa.

Tabela 2. Dimensões analíticas da educação em tempo integral

Dimensão Analítica	Questão Norteadora	Eixo de Análise (Síntese Crítica)	Implicações na Política Educacional
Q1 – Dimensão Estrutural e Organizacional	De que forma a infraestrutura escolar e a organização administrativa influenciam a implementação da educação em tempo integral?	Evidencia-se que a expansão da jornada escolar depende diretamente da capacidade estrutural das redes de ensino, incluindo espaços físicos adequados, recursos pedagógicos e gestão eficiente. Os estudos apontam assimetrias regionais significativas, indicando que a política é mais consolidada em contextos com maior investimento público.	Reforça a necessidade de financiamento contínuo e equitativo, além de planejamento intersetorial para viabilizar a sustentabilidade da política.
Q2 – Dimensão Pedagógica e Curricular	Como ocorre a articulação entre currículo, práticas pedagógicas e formação integral do estudante?	Observa-se fragilidade na integração curricular, com predominância de práticas fragmentadas e pouca interdisciplinaridade. Apesar do discurso de formação integral, muitos modelos ainda reproduzem lógica tradicional de ensino, limitando o potencial inovador da política.	Indica a necessidade de reestruturação curricular, formação docente continuada e implementação de metodologias ativas e integradoras.
Q3 – Dimensão Formativa e Docente	Qual o papel da formação e da atuação docente na efetividade da educação em tempo integral?	Os estudos evidenciam lacunas na formação inicial e continuada dos professores, dificultando a execução de práticas pedagógicas alinhadas ao modelo integral. A sobrecarga de trabalho docente também é destacada como fator limitante.	Aponta para a urgência de políticas de valorização docente, formação específica e suporte institucional permanente.

Q4 – Dimensão Político-Institucional	De que maneira as políticas públicas e sua continuidade impactam a consolidação da educação integral?	Identifica-se descontinuidade de programas, fragilidade no monitoramento e dependência de gestões governamentais específicas. A ausência de avaliação sistemática compromete a efetividade e a estabilidade da política.	Reforça a importância de políticas de Estado, mecanismos de avaliação e governança educacional estruturada.
--------------------------------------	---	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A Tabela 2 sintetiza as principais dimensões analíticas relacionadas à implementação da educação em tempo integral no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, permitindo uma leitura integrada dos fatores estruturais, pedagógicos, formativos e político-institucionais. De maneira geral, observa-se que a efetivação dessa modalidade de ensino depende da articulação simultânea entre diferentes níveis de organização do sistema educacional, os quais, quando desarticulados, comprometem a qualidade e a finalidade da política.

Na dimensão estrutural e organizacional (Q1), os dados analisados indicam que a infraestrutura escolar constitui um dos principais condicionantes para a implementação da educação em tempo integral. A insuficiência de espaços físicos adequados, a limitação de recursos materiais e as desigualdades regionais evidenciam que a expansão da jornada escolar ocorre de maneira heterogênea no território nacional. Assim, a política tende a apresentar melhores resultados em contextos com maior capacidade de investimento, revelando um cenário de assimetria educacional.

No que se refere à dimensão pedagógica e curricular (Q2), identifica-se que ainda há dificuldades significativas na consolidação de práticas verdadeiramente integradas e interdisciplinares. Apesar do discurso oficial da educação integral enfatizar a formação ampla do estudante, muitos currículos permanecem fragmentados e centrados em conteúdos tradicionais. Essa desconexão entre proposta e prática limita o potencial transformador da política, reduzindo a ampliação do tempo escolar a uma mera extensão da rotina já existente.

A dimensão formativa e docente (Q3) evidencia que a qualificação dos profissionais da educação é um elemento central para a efetividade da política. Entretanto, os estudos apontam fragilidades na formação inicial e continuada dos professores, além de sobrecarga de trabalho decorrente da ampliação da jornada escolar. Esses fatores dificultam a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e comprometem a capacidade de adaptação às exigências do modelo integral.

Ainda nessa dimensão, destaca-se que a ausência de suporte institucional adequado

contribui para a insegurança pedagógica dos docentes. Sem formação específica e acompanhamento contínuo, muitos profissionais enfrentam dificuldades para reorganizar suas práticas de ensino, o que impacta diretamente a qualidade das atividades desenvolvidas com os estudantes.

Na dimensão político-institucional (Q4), observa-se que a descontinuidade das políticas públicas representa um dos principais entraves à consolidação da educação em tempo integral. A dependência de gestões governamentais específicas e a falta de políticas de Estado estruturadas resultam em interrupções frequentes de programas, o que compromete sua efetividade ao longo do tempo.

Além disso, a ausência de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação dificulta a mensuração dos impactos reais da política educacional. Sem indicadores consistentes e acompanhamento sistemático, torna-se mais complexo identificar avanços, corrigir falhas e promover ajustes necessários para o aprimoramento da educação integral.

A análise integrada das quatro dimensões evidencia que os desafios da educação em tempo integral são interdependentes, ou seja, não podem ser compreendidos de forma isolada. As limitações estruturais influenciam diretamente as práticas pedagógicas, assim como a fragilidade na formação docente afeta a implementação curricular e os resultados educacionais.

Dessa forma, a tabela reforça a necessidade de uma abordagem sistêmica e articulada das políticas públicas, considerando simultaneamente infraestrutura, currículo, formação profissional e governança educacional. A ausência de integração entre esses elementos compromete a efetividade da política e limita seu potencial de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo permitem compreender que a educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras representa uma importante estratégia de fortalecimento das políticas públicas educacionais, ao propor uma formação mais ampla e integrada dos estudantes. A análise das produções científicas evidencia que essa modalidade de ensino ultrapassa a simples ampliação da jornada escolar, envolvendo transformações estruturais, pedagógicas e institucionais no sistema educacional.

De forma geral, os resultados apontam que houve avanços significativos na expansão da educação em tempo integral no Brasil, especialmente no que se refere ao reconhecimento da

importância de uma formação integral do estudante. No entanto, esses avanços ainda não se traduzem plenamente em melhorias consistentes na qualidade do ensino, uma vez que persistem limitações relacionadas à infraestrutura, ao financiamento e à organização das redes de ensino.

Observa-se que um dos principais desafios identificados está relacionado às desigualdades regionais e estruturais existentes entre as escolas públicas brasileiras. A implementação da política ocorre de forma heterogênea, sendo mais efetiva em contextos com melhores condições materiais e institucionais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais equitativas, capazes de garantir padrões mínimos de qualidade em todas as regiões.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão pedagógica, uma vez que ainda há dificuldades na consolidação de práticas curriculares integradas e interdisciplinares. Em muitos casos, a ampliação do tempo escolar não é acompanhada por uma reorganização efetiva do currículo, o que compromete o potencial formativo da educação integral e limita sua capacidade de promover aprendizagens significativas.

No que se refere à formação docente, os resultados demonstram que a efetividade da política depende diretamente da qualificação dos profissionais da educação. A ausência de formação continuada específica e o aumento das demandas de trabalho docente representam obstáculos importantes para a implementação qualificada da educação em tempo integral, impactando diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, identificou-se que a descontinuidade das políticas públicas e a falta de planejamento de longo prazo comprometem a consolidação da educação integral como política de Estado. A instabilidade das ações governamentais dificulta a continuidade dos projetos e reduz sua efetividade, evidenciando a necessidade de maior estabilidade institucional e compromisso político permanente com a educação pública.

Outro ponto importante refere-se à fragilidade dos mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas educacionais. A ausência de sistemas de acompanhamento sistemático dificulta a identificação de resultados concretos e a realização de ajustes necessários, o que limita a capacidade de aprimoramento contínuo da política de educação em tempo integral.

Diante desse cenário, conclui-se que a educação em tempo integral possui potencial significativo para contribuir com a melhoria da qualidade da educação básica brasileira, especialmente no que diz respeito à formação integral dos estudantes e à redução das desigualdades educacionais. No entanto, esse potencial só pode ser plenamente alcançado mediante investimentos consistentes em infraestrutura, formação docente e gestão educacional

eficiente.

Por fim, destaca-se a importância de fortalecer o diálogo entre teoria e prática na implementação das políticas públicas educacionais, garantindo que os princípios da educação integral sejam efetivamente incorporados ao cotidiano escolar. Recomenda-se, assim, a continuidade de estudos sobre o tema, bem como o desenvolvimento de pesquisas empíricas que possibilitem aprofundar a compreensão sobre os impactos reais dessa política no contexto das escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Eriwelton Antonio de; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Perspectivas contemporâneas sobre o “integral” na educação: uma revisão da literatura recente. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.12979.

JAHNKE, J. F.; VELEZ, W. M.; LIMA, L. A. de O.; NASCIMENTO, T. C. do; SIQUEIRA, A. C. de; SANTOS, L. dos; ALMEIDA, T. G. de; MENEZES, N. C. R.; MARTIN, P. R. C. de; MARTINS, H. F.; ARAUJO, W. E. L. de; SANTOS, D. S. dos. Gestão escolar e inovação no contexto da Educação 4.0: o papel das tecnologias na melhoria dos processos educativos. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 16, n. 10, p. e5330, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i10.5330.

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. **International Journal of Managerial Studies and Research**, v. 12, p. 17-18, 2024. DOI: 10.20431/2349-0349.1208003.

LIMA, L. A. de O.; INDIANI, L.; OLIVEIRA, P. M. S.; DRESCH, F.; FAVETTI, I.; WINK, J. O.; WOLSCHICK, A. T. N.; GUSATTO, D.; KNOLLSEISEN, A. C. G.; SOEHN, L. Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 9, p. e18273, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-251.

LIMA, L. A. de O.; MARTA, J. M. J. Inovação e controle de gestão no varejo: contribuições da inteligência artificial em sistemas de CRM para decisões estratégicas baseadas em dados. **Revista Gestão Organizacional**, v. 18, n. 3, p. 113-136, 2025. DOI: 10.22277/rgo.v18i3.8726.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira et al. O papel da arte como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. **Revista DCS**, v. 23, n. 87, p. e4714, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4714.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; DA SILVA, Avelar Alves; DE LIMA, Tamires Mélo; PONTES, Marcelo Campos; DE SOUSA, Karine Lima; AZEVEDO, Miguel Tourinho. Programa Saúde na Escola (PSE): integrando políticas públicas de saúde e de educação. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 40, p. 4386-4393, 2024. DOI: 10.56238/levv15n40-021.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Programa de

Educação Tutorial (PET): perspectivas históricas, fundamentos e as contribuições para a minimização da evasão estudantil no nível superior. **Cadernos Cajuína**, v. 10, n. 3, p. e1088, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1088.

NASCIMENTO, Carlos E. **Cultura Jurídica Brasileira: crítica desde a Analética dusseliana**. 1. ed. São Paulo: Dialética Editora, 2025. DOI: 10.48021/978-65-270-6864-8.

NASCIMENTO, Carlos E.; LIXA, Ivone Fernandes M. Fundamentos de cultura jurídica desde o diálogo de Enrique Dussel e Antonio Carlos Wolkmer. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 10, p. 137-154, 2024. DOI: 10.22409/mwf7mr17.